

lebelo, pelo primeiro secretário Maria Helena Duarte Pereira e o segundo secretário Álvaro Manuel da Costa Centeio.

Presidente da Assembleia: ~~João~~

1º Secretário: Maria Helena Duarte Pereira

2º Secretário: Álvaro Manuel Costa Centeio

ATA N.º 97

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente de Ega, na sua ^{própria} sede sita em Casal da Vila - Ega, concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Ponto dois: Programa de Acto para dois mil e dezoito; Conta de Exploração Previsional e Orçamento.

- a) Leitura do parecer do Conselho Fiscal
- b) Discussão e votação

Ponto três: Estrutura Residencial para pessoas idosas - Ponto de situação.

Ponto quatro: Património - Informação

Ponto cinco: Aprovação, em minuta, da ata da presente reunião.

Por não se encontrarem presentes a maioria dos sócios, com direito a voto à hora marcada, a sessão teve início meia hora depois, nos termos do Artigo 31.º - 1 dos Estatutos.

O Presidente da Assembleia Geral deu início à sessão com a leitura da Ata da reunião anterior, tendo esta sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

De seguida passou a palavra ao Presidente da Direcção.

O Presidente da Direcção iniciou a sua intervenção dando as boas vindas aos sócios, à nova sede do Centro Social de Ega. Expressando o seu orgulho em a Assembleia poder realizar-se por fim neste local, tendo em conta a longa história da obra.

Posto isto, passou a apresentar o Plano de Acção para dois mil e dezoito e a Conta de Exploração Previsional e Orçamento.

Esclareceu que os documentos são meramente de previsão, sujeitos a erro, elaborados tendo em conta os objetivos estatutários desta instituição, com o apoio da direcção, técnicos e colaboradores.

De seguida passou a palavra à Diretora Técnica para apresentação do Plano de Acção.

Foi explicado pela mesma que o documento à semelhança dos anos transcorridos se dividia em dois pontos principais, as atividades de âmbito geral e as atividades dirigidas especificamente às Respostas Sociais e seus Utentes.

As atividades foram formuladas a partir da análise SWOT e consulta dos utentes e colaboradores, abrangendo as áreas dos Recursos Humanos, Organização de Processos, Sócios e Comunidade incluindo Parcerias, Funcionalidade e Recursos materiais e por fim os Utentes.

Neste contexto, destacam a parceria com o Centro de Emprego para o desenvolvimento de formação para os colaboradores (setenta horas); a contratação de colaboradores; a revisão e criação de documentos, manuais e impressos tendo em conta o funcionamento da C.R.P.I.; Candidaturas a novos projetos e dinamização da loja social e as atividades inerentes ao PLDS 36; Manter e promover parcerias, tais como com

a Segurança Social, a Câmara Municipal e o Escalão Superior de Educação; Melhorar a eficácia e controlo de stocks, diminuir gastos com consumíveis, entre outros para promoção da sustentabilidade da instituição. Referiu ainda a importância de melhorar e diversificar os serviços das Respostas Sociais.

Relativamente às atividades de animação no âmbito das Respostas Sociais, verbalizou estarem organizadas em atividades anuais, semanais e diárias e que seriam desenvolvidas com maior rigor, tendo em conta a contratação/Estágio de uma Gerontóloga, para reforçar a equipa técnica.

Não havendo dúvidas passou a palavra ao Contabilista, José Pedro Nuno Antunes, para a apresentação da Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para dois mil e dezotois.

Iniciou a sua intervenção, referindo que o documento e respetivas previsões, foram mais difícil de elaborar tendo em conta a E.R.P.I ainda não estar em funcionamento, o que dificultava principalmente a previsão dos gastos.

Posto isto, fez considerações sobre a Conta de Exploração Previsional, tendo em conta o custo das matérias consumidas, Fornecimentos e serviços externos, Custos com Pessoal, Depreciações, Outros Gastos e Perdas e Gastos e Perdas de Financiamento, prevendo-se que os gastos atinjam o valor de um milhão e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e oito euros e trinta e dois cêntimos (1.057.988,32 €).

Relativamente aos Rendimentos tendo em conta as rubricas: Serviços Prestados, Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos e Ganhos, referiu que se prevê

que atingam o valor de um milhão cento e quatro mil, cento e setenta euros e quatro cêntimos.

Terminando a sua apresentação esclarecendo que o Resultado líquido do Exercício será positivo no valor de quarenta e seis mil cento e oitenta e um euros e setenta e dois cêntimos.

De seguida apresentou o Orçamento de Investimentos para dois mil e dezasseis mil e setenta e dois euros, destacando os Ativos Fixos Tangíveis e os Ativos Fixos Tangíveis em Curso.

Não havendo dúvidas o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal para que este se pronunciasse sobre os documentos apresentados. O Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura da ata número vinte e quatro, aprovando os respetivos documentos.

Não havendo questões colocadas por parte dos sócios, procedeu-se à votação dos referidos documentos, cada um por si, sendo aprovados por unanimidade e dados como transcritos nesta ata ficando apensos à mesma.

De imediato o Presidente da Assembleia passou a palavra ao presidente da Direcção, para apresentação do ponto três.

O Presidente da Direcção informou os sócios sobre o ponto de situação da E.R.P.I., que a obra estava pronta e que já estava devidamente equipada, faltando unicamente realizar os testes aos equipamentos para obtenção de certificações, podendo-se a entrega do pedido de licença de Utilização para breve.

Paralelamente à questão da obra, referiu a situação financeira da Instituição, explicando não estar em ponto de rutura, mas que se vivian

momentos difíceis, devido aos "atrasos" de pagamento do Instituto da Segurança Social, aguardando-se o pagamento de duzentos e dez mil cento e dois euros com cento e noventa e um mil euros em atraso desde Outubro.

Da Câmara Municipal falta receber duzentos e sessenta e oito mil oitocentos e cinquenta euros e trinta e dois cêntimos.

No Total falta receber das duas entidades quinhentos e setenta e oito mil novecentos e cinquenta e dois euros e setenta e oito cêntimos.

Assim a Conta Canceionada que se previa liquidar neste final de ano, vai passar para o próximo ano, trazendo custos que não estavam previstos. Inferno ainda que ultrapassada a questão da licença, teriam que resolver os problemas inerentes aos Acordos de Cooperação se assinados com a Segurança Social.

A mudança para a nova sede só como Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário, terá que ser bem ponderado e avaliado uma vez que os custos seriam maiores e as receitas seriam as mesmas. Mas a pressão das pessoas está a ser grande essencialmente para iniciarmos o funcionamento da Resposta "da".

Outra das questões prende-se com a seleção dos utentes e os critérios de admissão/seleção, que não respeitar os normativos de segurança social, bem como o número e seleção dos colaboradores e os critérios definidos, pois para termos bons serviços tem que existir bons profissionais.

Nada mais havendo a dizer sobre este ponto o Presidente da Assembleia, voltou a dar a palavra ao Presidente da Direção para

esclarecer os sócios relativamente ao ponto
quatro: Património - Informação

Relativamente a este assunto o Presidente da Direcção informou que em dois mil e quinze concluiu-se que a piscina não estava legalizada, tendo sido construída em terreno da Câmara Municipal, sem como tal não tenha licença de utilização nem de funcionamento.

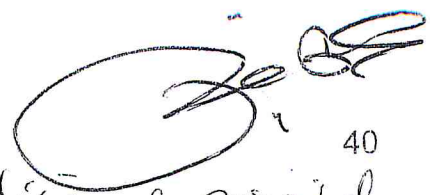
A legalização da piscina segundo a Câmara Municipal só poderia realizar-se aquando da revisão do PDM, que seria em finais de dois mil e quinze.

No início de dois mil e dezasseis foi formalizado o nosso pedido junto da Câmara Municipal, solicitando uma doação do terreno/piscina ao Centro Social de Ega e esta por sua vez fazia um Contrato de Comodato para os "UGAS" (Associação Desportiva e Cultural de Ega).

Sabendo esta Direcção que seria colocada por um sócio a hipótese de a legalização ser feita já em nome dos "UGAS", foi esclarecido que essa posição não seria possível porque a piscina faz parte do património do Centro Social de Ega, podendo os elementos da Direcção serem responsabilizados por actos ilícitos que prejudiquem o património e terem que responder civilmente e criminalmente por essa situação.

A Direcção mantém no entanto a sua proposta de comodato por cinquenta anos com renovação anual, não perdendo assim o seu património.

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos sócios para esclarecimento de dúvidas. Foram esclarecidos os sócios Carlos Bicho



relativamente ao tipo de contrato, condições e possível cessação do mesmo e o sócio Joel Matheus relativamente ao mesmo assunto, considerando este não haver vantagens na legalização da piscicultura em nome dos "BOAS".

Terminado este assunto o Presidente da Assembleia passou ao ponto cívico.

Esclareceu os sócios quanto às vantagens das Atas serem aprovadas em minuta e colocou o assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Geral deu a sessão por terminada.

Desta reunião elaborou-se a presente ata, de imediato submetida à Assembleia Geral, votada e aprovada por unanimidade, sendo assinada por todos os elementos da mesa:

Presidente da Assembleia: João Luís Rezou

1º Secretário: Paulo de Matos

2º Secretário: João Manuel Costa Antão